APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco chega a sua Edição nº 16 com trabalhos de alta relevância, não apenas acadêmica, mas para a atividade prática e jurisdicional.

A qualidade dos textos selecionados revela o prestígio acadêmico desta publicação, fruto do empenho de Servidores e Juizes em, nesses dezesseis anos de história, promover o debate acerca de temas de grande repercussão.

Esta Edição reúne artigos de jovens juristas, pesquisadores, advogados e magistrados, sendo a pluralidade de perspectivas e visões de mundo o fator responsável pela vivacidade do seu conteúdo.

Discute-se na presente publicação temáticas tão diversas como: cognição sumária e redução do “módulo” da prova: uma comparação entre a estrutura cognitiva da tutela provisória de urgência e a da tutela definitiva em situações de inescclarecibilidade; regra-matriz de incidência de benefícios previdenciários; o conceito de raça e racismo: uma análise do enfrentamento do tema pelo supremo tribunal federal; competência territorial: capital x interior; a confusão entre admissibilidade e mérito nos recursos excepcionais; O Portal Business Intelligence na Justiça Federal da 5ª Região: Um Estudo Sobre Inovação e Eficiência na Gestão Administrativa.

Essa pluralidade de assuntos e visões de mundo, sem prejuízo da vivacidade já mencionada, é ao mesmo tempo fator de dificuldade e de enriquecimento para a Revista da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, pois apresenta e considera diversas formas de encarar a realidade em temas dos mais variados, exigindo, portanto, extrema acurácia na apuração dos interesses e dos conhecimentos compartilhados. E é assim que a Revista continuará a proceder.

Afinal, o conhecimento jurídico relevante pressupõe, como condição de possibilidade, o interesse, pois já superado o paradigma da razão hermética e, por isso mesmo, estéril. Jürgen Habermas costumava explicar o imbricamento entre o conhecimento e os seus interesses orientadores a partir da metáfora da pomba: *a pomba imaginária voar com mais liberdade no vácuo, pois seria eliminada a*

resistência do ar. Entretanto, sem a resistência, sem o atrito, não haveria voo. Da mesma forma, sem a dialética dos saberes construídos a partir de interesses orientados, não haveria evolução do conhecimento.

Os leitores desta Edição serão conduzidos a enriquecer seus conhecimentos jurídicos e a refletir sobre suas atividades profissionais a partir de questionamentos inovadores e profícuos.

O Conselho Editorial agradece à Direção do Foro, aos Servidores e a todos os que colaboraram para a materialização desta Edição.

Boa leitura!

Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Juiz Federal da 23ª Vara/PE, membro do Conselho Editorial